

RESENHA

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

Gabriel Terra Pereira*

A renovação dos estudos sobre política em História, ou simplesmente da História Política, tem sido gradativamente traduzida em artigos e obras inovadoras, iluminados a partir de conceitos, métodos e abordagens diferenciados em relação à História factual e elitista criticada pelo *Annales* no início do século XX. Por meio de novas pesquisas, a “nova” historiografia política vem mostrando ao historiador o quão vasto e interdisciplinar é seu *métier*, integrando o tempo – com diferentes ritmos – e fontes das mais diversas origens à cultura, à economia e às sociedades. A coletânea de artigos¹ reunida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e organizada por três importantes historiadoras é claramente uma manifestação desse quadro de ampliação dos estudos de história política, contendo quatorze artigos em cerca de 290 páginas. O conjunto propõe-se “*interrogar os sentidos assumidos pela política na investigação histórica e na historiografia atual*” (OLIVEIRA; PRADO; JANOTTI, p.10), dividindo a obra em seis partes, analisadas a seguir.

O primeiro item, nomeado “*A dimensão política da história*” se inicia com o artigo de mesmo nome de Márcia Mansor D’Alessio, com eco nas reflexões de Izabel A. Marson e de Maria Lígia C. Prado. As autoras procuram delinear o lócus da política através da perspectiva historiográfica, considerando a dissolução do conceito na sociedade contemporânea. Sua existência pressupõe a convivência com o elemento diferente e a aceitação da pluralidade, não a busca por hegemonia unilateral. Os atos terroristas e ações militares no Oriente Médio seriam um exemplo deste processo. Segundo Marson, paradoxalmente, vivemos num período análogo ao da *Pax Romana*, ou seja, de submissão às estruturas hegemônicas que criaram e criam obstáculos de

¹ * Mestrando em História e Cultura Política, FHDSS/UNESP – Franca, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Teresa Malatian e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Reúne trabalhos de pesquisa originalmente apresentados no Seminário Temático organizado pelo Grupo de Trabalho de História Política durante XVII Encontro da ANPUH, sediado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – em 2004.

longa duração (*a la* Braudel) que impedem o desenvolvimento pleno da política. Na mesma esteira, mas num outro tempo (o século XIX), Maria Lígia C. Prado analisa as noções de democracia e autoritarismo na América Latina, tradicionalmente associadas ao caudilhismo e ao militarismo. A autora critica a associação equívoca e de senso comum entre ditadura e América Latina, que exclui a democracia e demonstra que idéias semelhantes surgiram na Europa no mesmo período: a qualificação negativa seria fruto de construção histórica, impedindo o real estabelecimento da política na região.

O segundo tópico intitulado “*Mediações e contradições da formação do Estado monárquico*” realiza o debate historiográfico a partir de fontes jornalísticas, pessoais e de registros oficiais do Brasil de meados do século XIX, em estudos de Cecília Helena de S. Oliveira, Marisa Säenz Leme e Vera Lúcia N. Bittencourt. As autoras apresentam diferentes ritmos de temporalidade no período monárquico, a partir de diferentes escalas: a Constituição de 1824, a dinâmica poder central/local e a atuação individual, que se entrelaçavam através de um projeto de Estado sem forças políticas unívocas que pudessem sustentá-lo, muitas vezes contradizendo-o. Nesse sentido a Carta Constitucional retomava o debate e o projeto de 1815², não criando algo inédito, ao passo que a disputa pelo poder entre centro e localidades demonstrava que o centralismo monárquico não era tão sólido, fenômeno visto nas províncias, onde indivíduos associavam-se e criticavam o poder político para ampliar influências e negócios.

Os dois artigos que compõem a terceira parte do livro tratam da “*Prática política na imprensa e no Parlamento*” e destacam como o Poder Legislativo passou a partir do final da década de 1860, a aglutinar tendências críticas às políticas monárquicas, fazendo germinar, por exemplo, o grupo republicano. Tendência paralela é a da imprensa paulistana, que no fim do período regencial criava e difundia identidades a determinadas classes sociais, num cenário de disputa por poder e influência política.

“*O lugar do Império na memória política republicana*”, quarto tópico da obra, volta suas atenções para a transição do regime político brasileiro da monarquia para a república: A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense, ambas em 1893. Miguel Arias Neto questiona a Revolta da Armada como simples conspiração

² ² Data de elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves por D. João VI.

monarquista contra o regime republicano, argumentando que o “mito monarquista” foi construído com a finalidade de fragmentar o monarquismo a favor dos republicanos, que buscavam respaldo às recém-proclamadas instituições. Gunter Axt discute o conteúdo dos diários de membros do corpo administrativo da Província do Rio Grande oferecendo um panorama privilegiado das movimentações políticas entre exércitos e generais, locais onde republicanismo e monarquismo conviviam conflituosamente.

No tópico “*O espaço político na administração republicana*”, quinta parte do conjunto de seis, Suely Queiroz critica o desinteresse historiográfico pelo estudo da burocracia brasileira, algo que preencheria as lacunas sobre os vícios administrativos das cidades e sua evolução. Segundo a autora, a política do Império tendeu a fortalecer os poderes regionais e enfraquecer os poderes locais, adiando a concretização de projetos políticos bem definidos pelos governos estaduais. Na esteira varguista, Marcelo Squinca da Silva revisita os debates entre *entreguistas* e *tupiniquins*, nomes atribuídos aos grupos que, respectivamente, propunham um controle descentralizado e centralizado da produção de energia elétrica brasileira. O autor mostra como os referidos grupos interferiam na dinâmica estatal seja através do Poder Executivo ou do Poder Legislativo e o modo de alinhamento na dinâmica global do capitalismo dos países com desenvolvimento industrial tardio, como o Brasil.

Poder e cultura, o último tópico da obra, contém artigo que analisa o papel do intelectual no Estado Novo, com enfoque em Mário de Andrade. Sidney Pires mostra que Mário de Andrade entendia a atuação do artista essencialmente ligada à participação política, dando à forma e ao conteúdo de seu trabalho caráter crítico e responsável. Em outras palavras, é a defesa da “verdade do artista”, portadora de critérios técnicos, necessidade de servir e paixão política.

Ao longo dos artigos percebe-se que a nova História Política ganha cada vez mais terreno em áreas afins. Trabalhos firmados sobre aparatos burocráticos e administrativos, diários, cartas e documentos oficiais representam mais que uma *rentrée* às fontes. A partir de novas metodologias e referenciais teóricos, a historiografia tende a se aprimorar e rever visões simplistas e sectárias. Esta ação não significa eliminação do que foi produzido, mas sua transformação a partir de releituras e críticas, atitudes indispensáveis aos historiadores contemporâneos. A história permeia a política e a política, a história? A obra acima é um sinal afirmativo

para a questão.